

Eixo Temático: Estratégia e Internacionalização de Empresas

**ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES AUSTRALIANAS DE
MINÉRIO DE FERRO PARA A CHINA (2000-2014)**

**ANALYSIS OF THE COMPETITIVENESS OF AUSTRALIAN EXPORTS OF IRON
ORE TO CHINA (2000-2014)**

Mygre Lopes da Silva, Rodrigo Abbade da Silva e Daniel Arruda Coronel

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de analisar a competitividade do mercado exportador australiano de minério de ferro, através dos índices de Orientação Regional (IOR) e de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR). Para isso, foram utilizados dados da *United Nations Commodity Trade Statistics Database- UNCOMTRADE*, para o período de 2000 a 2014. Os resultados indicaram que as exportações australianas de minério de ferro são orientadas para a China, bem como apresentam vantagens comparativas em todo o período analisado. Desta forma, pode-se verificar que o mercado australiano é consolidado e competitivo frente aos demais, tornando-se menos competitivo apenas em períodos de crise na economia mundial.

Palavras-chave: Exportações. Austrália. Minério de ferro. Indicadores de Competitividade.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the competitiveness of the Australian exporter market of iron ore through the Regional Guidance Index (IOR) and the Revealed Comparative Advantages (IVCR). To this end, it was used data obtained from the *United Nations Commodity Trade Statistics Database- UNCOMTRADE* for the period between 2000 and 2014. The results indicated that Australian exports of iron ore are oriented to China and have comparative advantages in the entire period analyzed. Thus, it can be seen that the Australian market is consolidated and competitive compared to the others, being less competitive only in times of crisis in the world economy.

Keywords: Exports; Australia; Iron ore; Indicators of Competitiveness.

1 Introdução

O minério de ferro é utilizado como matéria-prima na fabricação do aço, o qual é um dos insumos necessários para a fabricação de automóveis, máquinas e equipamentos, além de ser empregado na construção civil. Há uma crescente demanda por minério de ferro nos países em desenvolvimento, como no caso da China, pois utilizam a matéria-prima para melhorias em infraestrutura, como construção de estradas, pontes, aeroportos, hospitais, bem como na ampla expansão no mercado de bens duráveis (FRANCO, 2008).

O crescimento econômico chinês acarretou em crescimento do setor industrial, maior taxa de urbanização, bem como melhorias nas condições de infraestrutura do país, as quais demandam uma crescente quantidade de minério de ferro (CABRAL JÚNIOR *et al.*, 2008). A Austrália é o principal país exportador de minério de ferro para o mercado chinês. Aproximadamente 69,04% do minério de ferro importado pela China, em 2014, tem origem australiana (UNITED NATIONS COMMODITY TRADE STATISTICS DATABASE-UNCOMTRADE, 2014). É em meio a esse contexto que este trabalho busca analisar a competitividade das exportações australianas de minério de ferro para a China.

Assim, torna-se relevante a mensuração do comércio de minério de ferro bem como sua oscilação. Seguindo esta temática, tem-se o seguinte problema de pesquisa: Qual é a dinâmica das exportações australianas de minério de ferro para a China? Essas exportações destinam-se para o mercado chinês com qual intensidade e oscilação? A Austrália apresenta vantagens no comércio desta *commodity* em relação aos demais países? Esse comportamento do mercado exportador australiano de minério de ferro mostrou-se estável, crescente ou decrescente?

Desta forma, com este trabalho, busca-se contribuir com o debate acadêmico na validação das teorias de vertente clássica e neoclássica nas economias em desenvolvimento em função dos padrões de especialização do comércio internacional. A pesquisa permitirá a melhor compreensão dos fatores inerentes à competitividade das exportações australianas de minério de ferro, o que contribui para a formulação de políticas econômicas visando a uma maior competitividade e inserção internacional para a Austrália, e os principais países exportadores de minério de ferro para a China, como Brasil, Índia, África do Sul e Comunidade dos Estados Independentes (CEI), por exemplo (UNCOMTRADE, 2015).

É importante ressaltar que ainda são incipientes estudos que tratam do setor exportador de minério de ferro em relação ao principal mercado demandante, a China, o que traz o aspecto de inovação deste trabalho.

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta sucinta introdução. Na segunda seção, é apresentado o referencial teórico; na terceira, apresentam-se os aspectos metodológicos; na quarta, os resultados são analisados e discutidos e, por fim, na quinta, são delineadas as principais conclusões da temática explorada.

2 Referencial teórico

O livre comércio foi justificado pelos economistas clássicos, Adam Smith (1983) e David Ricardo (1982), com os respectivos conceitos de vantagens absolutas e comparativas. Em 1776, Adam Smith publicou *A Riqueza das Nações: investigação sobre a natureza e suas causas*, onde formulou, com base na divisão do trabalho, a teoria que ficou conhecida como Vantagens Absolutas, tendo como pressuposto básico que, se duas nações aceitassem comercializar entre si, ambas poderiam ganhar.

O princípio das Vantagens Absolutas postula que as nações deveriam especializar-se na produção da *commodity* a qual produzissem com maior vantagem absoluta e trocar parte de sua produção pela *commodity* que produzissem com desvantagem absoluta (SALVATORE, 2000). Contudo, havia uma grande limitação, visto que, se uma nação não apresentasse nenhuma

vantagem absoluta, não poderia participar do comércio (RAINELLI, 1998). Os preços dos produtos eram determinados pelo custo da mão de obra empregada (trabalho), desconsiderando os custos como matéria-prima (natureza), investimentos e *know-how* (capital) (MAIA, 2001).

O principal objetivo de Smith ao propor a livre troca era a abertura dos mercados internacionais para os produtos industriais ingleses, para que a Inglaterra não bloqueasse o desenvolvimento de sua industrialização, uma vez que seu mercado interno era pequeno e incapaz de absorver toda a produção. Além disso, o comércio entre países levaria à acumulação de capital, e como consequência, ao desenvolvimento econômico (BRASIL, 2011).

Nos Princípios de Economia Política, em 1817, David Ricardo realizou avanços na teoria de Adam Smith ao expor a Lei das Vantagens Comparativas. Conforme esta, mesmo que uma nação possua desvantagem absoluta na produção de ambas as *commodities*, ainda assim haveria uma possibilidade de comércio, desde que a nação se especializasse na produção de sua *commodity* de menor desvantagem absoluta. As vantagens comparativas implicam a especialização da produção dos bens em que apresenta o menor custo relativo, na comparação de dois bens.

A Teoria Clássica do Comércio Internacional não é suficiente para explicar o atual funcionamento do comércio internacional. Para os pressupostos clássicos serem válidos, o comércio internacional deveria observar as seguintes condições: concorrência perfeita nos mercados de bens e fatores; livre comércio, dentre outros (FERRARI FILHO, 1996).

Com o sentido de preencher as lacunas da Teoria do Comércio Internacional, a Teoria Neoclássica do Comércio Internacional resultou no modelo de Heckscher-Ohlin. As limitações da Teoria das Vantagens Comparativas resultaram no modelo neoclássico de Heckscher-Ohlin. A introdução de outros fatores de produção permitiu compreender a vantagem comparativa como a produção do bem em que seja intensivo no fator de produção abundante em determinado país (SCARDUELLI, 2012). Esse teorema explica as vantagens comparativas através da dotação de fatores e, portanto, a utilização do fator de produção mais abundante sugere que seu custo é menor, resultando em mercadorias com preços mais baixos (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

De acordo com Salvatore (2000), o modelo consiste no comércio em que cada nação exportará a *commodity* intensiva em seu fator abundante de produção e importará a *commodity* que exija a utilização do seu fator escasso e maior custo de produção. Logo, a utilização do fator de produção mais abundante sugere que seu custo é menor, resultando em mercadorias com preços mais baixos e uma produção mais eficiente.

Cabe destacar que a troca de produtos intensivos em diferentes fatores produtivos pode substituir a mobilidade internacional destes fatores. Contudo, a liberalização comercial prejudica determinado país que possua um fator produtivo relativamente escasso (CAVES; FRANKEL; JONES, 2001). Além disso, dificilmente a economia mundial encontra-se em plena liberalização do comércio, em que os impedimentos vão desde barreiras tarifárias até as não tarifárias, como cotas, restrição voluntária às exportações, subsídios, barreiras sanitárias e fitossanitárias, técnicas, ambientais, burocráticas, entre outras (LOPES et al., 2013).

A inadequação das teorias anteriores do comércio internacional para explicar o mercado atual se dá pelo fato de considerarem a ausência de economias de escala, as tecnologias constantes, a imobilidade dos fatores e a concorrência perfeita entre os agentes (SALVATORE, 2000). A teoria da vantagem competitiva de Michael Porter traz um conceito mais condizente com a realidade moderna.

A vantagem competitiva baseia-se na produtividade, por meio de economias de escala, diferenciação de produto, mudanças tecnológicas. Desta forma, o comércio internacional permite o aumento de produtividade e elimina a necessidade da produção de todos os bens e serviços dentro de um país. “A questão mais importante é como as empresas e países melhoram

a qualidade dos fatores, aumentam a produtividade com que são utilizados e criam novos” (PORTER, 1993, p. 22).

A teoria de Porter baseia-se em estudos empíricos em nações já industrializadas, respalda-se nos países desenvolvidos, os quais necessitam cada vez mais de aprimoramento do produto, e o aspecto qualitativo, e não o quantitativo, é o mais importante (PORTER, 1993).

As teorias anteriormente apresentadas têm como pressuposto o livre comércio entre as nações. Porém nem sempre o fluxo de mercadorias é garantido sem obstáculos. As barreiras comerciais são os principais empecilhos ao *laissez-faire*, as quais são aplicadas com o intuito de proteger suas economias nacionais. Existem diversas formas de protecionismo, sendo uma delas a tarifa, um imposto cobrado quando um bem é importado (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

As tarifas eram a forma mais utilizada para um país proteger a economia e seus efeitos eram distintos, pois os produtores se beneficiavam, contudo os consumidores eram prejudicados, visto que pagavam um preço mais elevado pelas mercadorias (BRUM, HECK, 2005). As tarifas podem ser de três tipos: *ad valorem*, específicas e compostas. De acordo com Salvatore (2000), as tarifas *ad valorem* são expressas como uma porcentagem fixa do valor da *commodity* comercializada. As tarifas específicas são expressas com uma quantia fixa por unidade física da *commodity* comercializada. Já a tarifa composta é uma combinação das tarifas *ad valorem* e específica.

As tarifas diminuíram nos últimos tempos porque os governos preferem proteger suas indústrias por meio de barreiras não tarifárias, como forma de evitar sanções e discussões na Organização Mundial do Comércio (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005). A proteção com base nas barreiras não tarifárias passou a se chamar de o “novo protecionismo”, em contraste com o velho protecionismo, que se baseava nas tarifas alfandegárias (WILLIANSO; MILNER, 1991).

As cotas, as restrições voluntárias às exportações, o subsídio às exportações e as novas barreiras comerciais, que são técnicas, ecológicas, burocráticas e sanitárias, são as principais barreiras não tarifárias utilizadas pelos países (AZÚA, 1986; MAIA, 2001). A cota é uma restrição quantitativa que limita as importações de determinadas *commodities*. Define-se restrição voluntária às exportações como um pedido do país importador ao país exportador, no sentido de reduzir a quantidade de mercadorias exportadas, a fim de evitar maiores sanções no âmbito macroeconômico internacional (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

Os subsídios às exportações são pagamentos diretos, concessão de isenção fiscal, empréstimos subsidiados aos exportadores da nação. Os subsídios também podem se dar na forma de empréstimos a juros baixos concedidos a compradores estrangeiros de maneira a estimular as exportações do país (SALVATORE, 2000).

As barreiras técnicas são mecanismos que as nações utilizam para proteger seu mercado, ou seja, a nação só importará determinados produtos se seguirem determinados padrões. As barreiras ecológicas têm como pressuposto proteger a natureza. Entende-se por barreiras sanitárias a proibição da importação de determinadas mercadorias por se considerar que esses produtos podem causar problemas à saúde da população (MAIA, 2001). Estas barreiras podem ser vistas como uma forma de as nações protegerem seus mercados.

Isto posto, a pesquisa aborda as vantagens australianas na exportação de minério de ferro em relação aos demais países, seja pelo menor custo produtivo em relação ao tempo de trabalho, como aborda a teoria clássica, seja pela abundância do fator produtivo, recursos naturais, como presença de depósitos minerais, o qual é utilizado mais intensamente na produção dos bens em questão.

Desta forma, para mensurar as vantagens australianas na exportação destes produtos, aplicar-se-á o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas. Para ratificar o problema abordado e compreender as questões acerca da destinação destes bens à China, utilizar-se-á o Índice de

Orientação Regional. Estes indicadores de comércio internacional serão discutidos na seção a seguir.

3 Metodologia

A metodologia utilizada baseia-se no cálculo de indicadores de competitividade aplicados ao comércio internacional, tais como o Índice de Orientação Regional (IOR) e o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR).

Primeiramente abordado por Yeats (1997), o Índice de Orientação Regional verificou a existência de criação ou destruição de comércio nos países membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul), ou seja, uma alteração nos padrões do comércio. O índice mostra a tendência a exportar uma determinada *commodity* a um país ou bloco comercial. Para Yeats (1997, p. 11), alguns pontos que devem ser considerados para o cálculo desse índice são os que seguem:

a) caso o estudo se refira a somente um período, o índice fornece uma visão limitada do comércio entre os países. Mas, se for utilizado para mais períodos, pode mostrar possíveis mudanças na orientação regional do comércio em análise, até mesmo por permitir a comparação entre os períodos;

b) o índice é determinado por vários fatores os quais podem orientar o comércio a uma determinada região ou não, sejam eles vantagens comparativas, custos de transporte ou barreiras ao comércio. Em curto e médio prazo, ele será mais sensível às barreiras comerciais do que aos fatores anteriormente citados (conforme o caso do Mercosul). O IOR pode ser expresso da seguinte forma:

$$IOR = (X_{AC}/X_C) / (X_{AE}/X_E) \quad (1)$$

em que:

X_{AC} representa as exportações australianas para a China da *commodity* X ;

X_C representa o total das exportações australianas para a China;

X_{AE} representa as exportações australianas para extra-China da *commodity* X ;

X_E representa o total das exportações australianas para extra-China.

O Índice de Orientação Regional mostra a tendência de exportação de uma determinada *commodity* a um país ou bloco comercial. O índice possui os extremos de 0 a ∞ ($0 \leq IOR \leq \infty$), e, quanto mais próximo de 1, mostra a mesma tendência a exportar a *commodity* X para a região em questão, no caso para a China e para extra-China. Conforme o valor cresce, é possível perceber uma maior orientação das exportações brasileiras de X para a China (LOPES et al., 2013).

O Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) é uma razão de proporções: seu resultado é obtido através da divisão da participação das exportações do produto x na pauta de exportações do país b , pela participação das exportações do mesmo produto x na pauta mundial de exportações (w), ou seja, seu resultado revela se um determinado país, neste caso Austrália, possui ou não vantagens comparativas, ao comparar a participação do bem x dentro da pauta exportadora brasileira com a mundial (WAQUIL et al., 2004).

No cálculo do índice, Yeats (1997) observa que os fluxos intrarregionais (considerando os acordos nos quais o país participa) podem ser excluídos, para refletir melhor a capacidade de o país competir nos mercados internacionais, sem a presença de distorções ou tratamentos preferenciais. Em geral, o índice só é calculado para produtos processados ou manufaturados, porque o comércio internacional de produtos agrícolas é bastante distorcido pela presença de subsídios à exportação e barreiras comerciais, que podem tornar tendenciosa a análise.

Inicialmente proposto por Balassa (1965), o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR), baseado nas Vantagens Comparativas de David Ricardo, busca analisar a estrutura relativa das exportações de determinada *commodity* de um país ou região ao longo do tempo. O índice pode ser escrito da seguinte forma:

$$IVCR = (X_{AX}/X_A) / (X_{WX}/X_W) \quad (2)$$

onde:

X_{AX} representa as exportações australianas da *commodity* X;

X_A representa as exportações australianas totais;

X_{WX} representa as exportações mundiais da *commodity* X;

X_W representa as exportações mundiais totais.

O IVCR pode variar de zero a infinito. Se o $IVCR > 1$, o país apresenta vantagens comparativas reveladas nas exportações do bem. Caso $IVCR < 1$, o país apresenta desvantagens comparativas reveladas nas exportações do produto em questão (CORONEL, 2008).

3.2 Fonte de dados

Os dados referentes às exportações foram coletados junto à base de dados do site da *United Nations Commodity Trade Statistics Database* (UNCOMTRADE), com código 2601 para o minério de ferro, com periodicidade anual, do período de 2000 até 2014.

4 Análise e discussão dos resultados

A análise dos resultados da pesquisa trata-se da orientação regional das exportações australianas de minério de ferro destinadas à China e das vantagens comparativas reveladas destas exportações em relação ao mundo. A partir desses aspectos, sugere-se uma melhor compreensão acerca da competitividade das exportações de minério australiano para o mercado chinês.

4.1 Análise do Índice de Orientação Regional (IOR)

O Índice de Orientação Regional (IOR) permite identificar se as exportações brasileiras de minério de ferro e de soja em grão estão sendo orientadas para a China. De acordo com a Figura 1, os valores calculados para o IOR foram maiores do que a unidade em todo o período analisado, indicando, desta forma, que as exportações australianas de minério de ferro estão orientadas para este país.

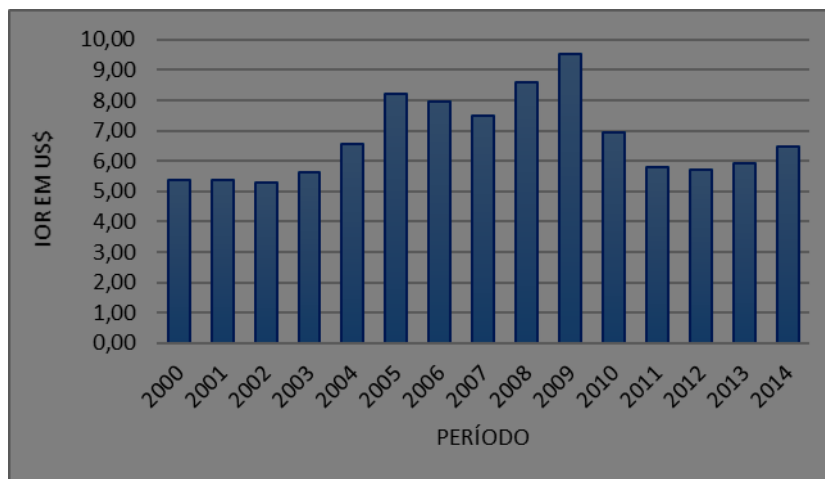


Figura 1 - Índice de Orientação Regional (IOR) do minério de ferro (MF) exportado da Austrália para a China, de 2000 a 2014

Fonte: Resultados da pesquisa, a partir de dados do UNCOMTRADE.

Nesta perspectiva, verifica-se uma tendência de alta apresentada pelo IOR no período de 2000 a 2005, e novamente em 2008. No primeiro período, este fato pode estar relacionado com o crescimento da economia chinesa, o que implica em maior demanda pelo minério, para suprir os setores industriais e de infraestrutura, por exemplo (NONNENBERG, 2010). Para o ano de 2007, pode-se sugerir que a queda do índice esteja relacionada ao aumento da orientação regional das exportações brasileiras de minério de ferro para a China, conforme estudo de Lopes et al. (2014).

Para o ano de 2009, os resultados do índice mostram crescimento da orientação regional do minério de ferro australiano para a China, pois as exportações para este destino foram superiores quando consideradas as demais regiões importadoras da *commodity* (UNCOMTRADE, 2015).

A partir de 2009, o índice de orientação regional apresenta redução devido à queda da atividade econômica provocada pela crise do *subprime* nos Estados Unidos, onde as perdas americanas relacionadas com o financiamento de imóveis eram muito elevadas, o que ameaçou a saúde financeira de importantes bancos e fundos de investimento, acarretando em uma crise sistêmica posteriormente (TORRES FILHO, 2008). Esta crise sistêmica provocou efeito-contágio sobre os países emergentes, por vários canais de transmissão, tais como queda dos preços das *commodities* e da demanda mundial, por exemplo (PRATES, 2011).

4.2 Análise do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR)

O Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) permite identificar, neste trabalho, a importância do minério de ferro na pauta de exportações australianas em relação às exportações mundiais, no período de 2000 a 2014, conforme a Figura 2.

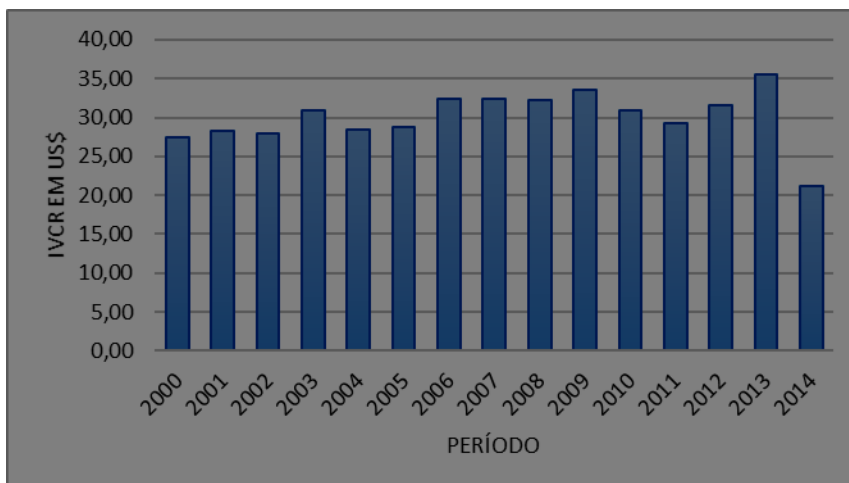


Figura 2 - Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) do minério de ferro (MF) exportados da Austrália para a China de 2000 a 2014

Fonte: Resultados da pesquisa, a partir de dados do UNCOMTRADE.

De acordo com a Figura 2, os valores calculados para o IVCR foram significativamente maiores que a unidade em todo o período analisado, o que indica que o minério de ferro da Austrália possui vantagem comparativa ou competitividade em nível mundial nas exportações desta *commodity*. A Austrália é a principal exportadora mundial de minério de ferro, o que corresponde a 55,45% das exportações mundiais totais da *commodity*, conforme dados da UNCOMTRADE para 2014. Além disso, a Austrália é um dos principais países produtores de minério de ferro em nível mundial, incluindo China, Brasil, Índia e Rússia (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT- UNCTAD, 2012).

Verifica-se que o IVCR é estável ao longo da série analisada, o que indica que a competitividade australiana no mercado de minério de ferro tem-se mantido neste período. Apenas para o ano de 2014 o índice apresentou maior queda devido à desaceleração do crescimento econômico chinês, resultado padrão do processo de desenvolvimento e consequente queda da demanda de minério de ferro (SILVA, 2014).

5 Conclusões

Este trabalho buscou analisar a competitividade das exportações australianas de minério de ferro, mais especificamente para a China, por meio de indicadores de comércio internacional. Observou-se, neste estudo, que a China é um importante mercado consumidor de minério de ferro australiano, pois essas exportações estão orientadas ao longo do período em questão, além de representarem uma oportunidade de crescimento das relações entre ambos os países, bem como promoverem crescimento econômico mútuo. Contudo, observaram-se quedas na orientação regional destas exportações apenas no período de maior intensidade da crise financeira internacional.

Destaca-se que as vantagens comparativas da Austrália no mercado de minério de ferro são estáveis. Desta forma, a competitividade das exportações australianas, ao longo do período analisado, foi afetada apenas por uma crise de grandes proporções na economia mundial, mostrando-se um mercado consolidado frente aos demais competidores internacionais de minério de ferro, como o do Brasil, por exemplo.

Como limitações do presente trabalho, têm-se a falta de estudos sobre o mercado de minério de ferro para corroborar os resultados encontrados. Além disso, a não inclusão de variáveis que tratam da economia chinesa, como taxas de crescimento econômico, por exemplo,

bem como a ausência de um comparativo entre os principais exportadores de minério de ferro para a China, a saber, Austrália, Brasil e Índia.

A partir deste trabalho, vários outros aspectos podem ser analisados tais como estudos mais avançados sobre a identificação de fatores relacionados à competitividade do minério de ferro, bem como simulações de cenários, através de modelos de Equilíbrio Geral Computável e de Alocação Espacial, os quais apontem os ganhos que o país poderá ter na perspectiva de quedas das barreiras tarifárias e não tarifárias que os principais mercados importadores impõem, bem como estimações, considerando os custos de produção.

Referências

AZÚA, D. E. R. O neoprotecionismo e o comércio exterior. São Paulo: Aduaneiras, 1986.

BALASSA, B. **Trade liberalization and “revealed” comparative advantage**. Manchester: The Manchester School of Economic and Social Studies, v. 33, p. 99-123, 1965.

BRASIL, L. A. **A pauta exportadora brasileira na década de 2000 e o processo de reprimarização**. 2011. 63 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BRUM, A. L.; HECK, C.R. **Economia internacional: uma síntese da análise teórica**. Ijuí: Unijuí, 2005.

CABRAL JUNIOR, M.; SUSLICK, S. B.; OBATA, O. R.; SINTONI, A. A mineração no Estado de São Paulo: situação atual, perspectivas e desafios para o aproveitamento dos recursos minerais. **Geociências**, v. 27, p. 171-192, 2008.

CAVES, R. E.; FRANKEL, J. A.; JONES, R. W. **Economia Internacional: comércio e transações globais**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 598.

CORONEL, D. A. **Fontes de crescimento e orientação regional das exportações brasileiras do complexo soja**. (Dissertação de Mestrado em Agronegócios) - Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FERRARI FILHO, F. Economia Internacional. In: SOUZA, N. J. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 1997.

FRANCO, P. C. A. M. **Modelo estrutural de previsão de preço e volume negociado de minério de ferro**. (Dissertação de Mestrado em Finanças e em Economia Empresarial), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional**. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005, 558 p.

LOPES, M. M.; SILVA, R. A.; CORONEL, D. A.; VIEIRA, K. M.; FREITAS, C. A. Análise da competitividade das exportações agrícolas brasileiras para a China: uma análise do complexo soja e fumo. **Revista UNIABEU**, v. 6, n. 13, p. 189-208, 2013.

LOPES, M. M.; SILVA, R. A.; FRIES, C. D.; CORONEL, D. A. Análise da competitividade das exportações brasileiras de soja em grão e de minério de ferro para a China (1999-2012). **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE**, n. 9, mai. 2014.

MAIA, J. M. **Economia internacional e comércio exterior**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NONNENBERG, M. J. B. China: estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2 (118), p. 201-218, abr./jun. 2010.

PORTER, M. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993.

PRATES, D. M. **O efeito-contágio da crise global sobre os países emergentes**. Revista de Economia Política, v.31 n.2, abr./jun. 2011.

RAINELLI, M. **Nova teoria do comércio internacional**. Tradução: Ribeiro, Viviane. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SALVATORE, D. **Economia Internacional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos (LTC), 2000.

SCARDUELLI, R. B. **Análise da pauta exportadora do Rio Grande do Sul no período de 2000-2010**. 65 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SILVA, L. A. P. Os novos contornos da economia global no pós-crise e suas implicações para a agenda de crescimento do Brasil. **Palestra na CCFB- Câmara de Comércio França-Brasil**, 2014. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/Palestra%20na%20CCFB-Camara%20de%20Comercio%20Franca-Brasil%20em%20Sao%20Paulo.pdf>>. Acesso: 15 abr. 2015.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. 1.

TORRES FILHO, E. T. Entendendo a crise do subprime. **Visão do Desenvolvimento-BNDES**, n. 44, jan. 2008.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT- UNCTAD. **The iron ore market, 2011 - 2013**. Disponível em: <http://unctadxiii.org/en/SessionDocument/suc2012_Iron_Ore_en.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2015.

UNITED NATIONS COMMODITY TRADE STATISTICS DATABASE- UNCOMTRADE. **Express Selection**. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/db/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

WAQUIL, P. D.; ALVIM, A. M.; SILVA, L. X.; TRAPP, G. P. Vantagens comparativas reveladas e orientação regional das exportações agrícolas brasileiras para a União Europeia. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 2, n.2, p. 137-160, 2004.

WILLIANSO, J. MILNER, C. **The world economy: a textbook in international economics**. London: Harvester Wheatsheaf, 1991.

YEATS, A. Does Mercosur's trade performance raise concerns about the effects of regional trade arrangements? **Policy Research Working Paper**, n. 1729, p. 1-33, fev. 1997.